

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA, IDENTIDADE SOCIAL E O PALACETE CEARÁ EM FORTALEZA

JOÃO PEDRO BARBOSA PONTES, LEONARDO GOMES ARAÚJO,
NUBELIA MOREIRA DA SILVA, MARIA AUXILIADORA GADELHA DA CRUZ

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. - IFCE
<joao.pedro.barbosa05@aluno.ifce.edu.br>, <leonardo.gomes.araujo08@aluno.ifce.edu.br>,
<nubelia.moreira@ifce.edu.br>, <doragadelha@ifce.edu.br>
10.21439/conexoes.v16i0.2216

Resumo. O presente artigo objetiva analisar a importância do patrimônio arquitetônico para a compreensão da evolução histórico-geográfica dos lugares e dos grupos sociais que os habitam. O trabalho também apresenta como objetivos específicos: entender a função do conjunto patrimonial histórico arquitetônico para a construção da memória social sobre a cidade de Fortaleza; discutir a relevância das formas de proteção e salvaguarda do patrimônio histórico arquitetônico; apresentar o Palacete do Ceará, relevante patrimônio histórico arquitetônico e sua relação com a memória e a identidade socioespacial fortalezense e entender a visão da sociedade local, quanto aos patrimônios arquitetônicos. O percurso metodológico qualitativo, baseia-se em uma revisão de literatura especializada e a realização de questionário online via google formulário. Os resultados da pesquisa evidenciam que o patrimônio promove e fortalece a identidade de um povo assim como o senso de pertencimento ao lugar habitado. Percebe-se também, que a sociedade fortalezense reconhece a importância da preservação patrimonial e demonstra interesse em conhecer a história desses patrimônios.

Palavras-chaves: Patrimônio Histórico Arquitetônico. Identidade. Proteção Patrimonial. Palacete Ceará. Percepção Social do Patrimônio.

HERITAGE, MEMORY, SOCIAL IDENTITY AND THE PALACETE CEARÁ IN FORTALEZA

Abstract. This paper analyzes the importance of architectural heritage in understanding the historical-geographical evolution of places and the social groups that inhabit them. It has as specific goals: to comprehend the function of the architectural, historical, heritage set in order to construct the social memory about the city of Fortaleza; to discuss the relevance of protection measures and safeguard of the architectural, historical heritage; to present the Palacete Ceará (Ceará Palace), an important architectural, historical heritage and its relation to the socio-spatial memory and identity of Fortaleza and understand the local society's point of view on the architectural heritages. The qualitative methodological procedure is based on a specialized review of literature and the conduction of online questionnaires through Google forms. The research results reveal that the heritage promotes and strengthens a people's identity as well as a feeling of belonging to the inhabited place. It is also noted that the Fortaleza society recognizes the importance of heritage preservation and demonstrates to be interested in recognizing the history of those heritages. We can also see the importance that Caixa Econômica Federal has in relation to the knowledge and identification of Palacete Ceará.

Keywords: Architectural, Historical, Heritage. Identity. Heritage Preservation. Palacete Ceará. Social Perception of Heritage.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo surgiu no contexto do projeto pedagógico intitulado III Mostra Ceará: Litoral, Serra e Sertão. O referido evento é promovido por professores e estudantes do Ensino Médio dos Cursos Técnicos Integrados do IFCE, *campus* Fortaleza.

Tendo como objetivo promover a interdisciplinaridade entre os componentes curriculares: Geografia, História e Biologia, o projeto consiste na realização de uma exposição para compartilhar o resultado de pesquisas realizadas a respeito da história, a cultura, a economia e a dinâmica da natureza no território cearense, segundo o conteúdo estudado nos componentes curriculares mencionados e que mantenham relação direta com a área de formação profissional dos discentes. Além disso, a exposição Mostra Ceará promove o intercâmbio de saberes entre os estudantes do *campus* Fortaleza e o público externo em geral.

Nesse contexto, nasce a ideia de realização desta pesquisa que tem como pretensão principal, analisar a importância do patrimônio arquitetônico para a compreensão da evolução histórico-geográfica dos lugares e dos grupos sociais que os habitam. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: entender a função do conjunto patrimonial histórico arquitetônico para a construção da memória social da cidade de Fortaleza; discutir a relevância da proteção e salvaguarda do patrimônio histórico arquitetônico; apresentar o Palacete do Ceará, relevante patrimônio histórico arquitetônico e sua relação com a memória e a identidade socioespacial fortalezense e entender a visão da sociedade, quanto aos patrimônios arquitetônicos e identificar o nível de interesse da população em aprender sobre a história que cada edificação carrega consigo.

A produção do presente trabalho está ancorada em uma metodologia qualitativa, baseada em revisões bibliográficas de outros artigos, livros e outras fontes documentais disponíveis sobre a temática abordada, em especial os que tratam sobre o Palacete Ceará, objeto de análise do presente texto científico e que inspirou a discussão sobre o importante papel da sociedade relativo à preservação do patrimônio histórico arquitetônico. É importante registrar a ausência de estudos acadêmicos a respeito desta construção, o que tornou ampliou o desafio de estudá-la.

Complementa a técnica de coleta de informações, a realização de questionário aplicado a 169 sujeitos sociais, via google formulário. Tal procedimento forneceu, dentre outros dados relevantes para a pesquisa, indicações sobre o nível de conhecimento da população respondente sobre o Palacete Ceará.

Nessa direção, ressalta-se que o escopo do presente artigo está organizado em seis tópicos. O primeiro compõe esta introdução na qual são apresentadas a motivação e a justificativa da pesquisa, os objetivos e a base metodológica utilizada. O segundo versa sobre a relação entre o patrimônio histórico arquitetônico, a identidade e a memória da cidade.

Na parte três discute-se a importância das estratégias de salvaguarda e proteção patrimonial. No quarto tópico apresenta-se o Palacete Ceará e sua importância histórica para a cidade e a sociedade de Fortaleza.

O quinto elucida a discussão e a análise sobre a percepção da população fortalezense sobre o patrimônio da cidade. Finaliza-se com a apresentação das considerações finais apreendidas a partir da investigação desenvolvida.

Espera-se que este trabalho possa despertar o interesse de outros estudantes a investirem no campo da pesquisa científica.

2 O PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO, A IDENTIDADE E A MEMÓRIA DA CIDADE

É incontestável o fato de que o patrimônio edificado é um importante registro da história de um povo. Tais obras guardam e contam a memória de como os grupos sociais interagem no processo de construção do espaço geográfico, ao longo do tempo, colaborando com a manutenção da identidade, do sentido de pertencimento dos habitantes de um lugar.

Do mesmo modo, a análise dessas edificações possibilita o contato com um pouco da cultura das gerações passadas, suas técnicas e processos construtivos, materiais utilizados e os padrões arquitetônicos daquele período.

O termo patrimônio é oriundo da esfera jurídica, deriva do latim *patrimonium*, que significa algo que é advindo da família, sendo que o vocábulo pater, conforme ensina Azzi (2011), é compreendido em relação à esfera social e não biológica. Dessa forma, conclui-se que em uma sociedade, patrimônio são todos os bens, não apenas materiais, passados de geração para geração que têm a capacidade de gerar memória, experiências individuais e coletivas.

Por ser algo que perpassa gerações, o patrimônio carrega consigo a ideia de identidade. Refletir sobre a identidade requer a análise e a compreensão de relações de pertencimento. Nesse contexto, a ideia de sentir-se pertencente a um lugar ou a um grupo ajuda a manter a coesão comunitária, como resultado disso surge uma forte ligação entre o(s) habitante(s) e o lugar vivido, conforme esclarece Freitas (2008).

Neste sentido, é relevante recuperar a contribuição de Espinosa (1980) refletindo sobre a experiência da afetividade. Espinosa revela que o afeto é uma condição, um estado da alma referindo-se a um sentimento experimentado. Essa experiência ocorre tanto na dimensão do individual quanto no coletivo. Emergindo de relações, o afeto é capaz de, segundo Espinosa (1980), mobilizar a ação positiva ou negativa dos sujeitos sociais em relação àquilo que lhe afeta. É o que ele denomina de potência de agir e de pensar. Isso porque, conforme esclarecem Gomes e Mello (2011):

O afeto diz respeito àquilo que afeta, ao que mobiliza, por isso reporta à sensibilidade, às sensações. Podemos, ainda, referir afeto como ser tomado por atravessado, perpassado, quer dizer: afetado. Esse atravessar, perpassar é o que propriamente dá o caráter de afecção (GOMES; MELLO, 2011, p. 684).

Portanto, é possível discutir patrimônio, seja qual for sua dimensão: material ou imaterial, considerando a perspectiva da afetividade, das relações sentimentais que envolvem os sujeitos, os objetos, acontecimentos, o saber fazer concretizados no domínio das técnicas ou as ideias emergindo destas interações, reações expressas pelas atitudes e comportamentos individuais ou coletivos frente àquilo que afeta.

Gomes (2008) reforça esta compreensão ao analisar o pensamento de Espinosa a respeito das interações entre quem é afetado e aquilo que afeta:

(...) relação entre afecção (*affectio*) e afeto (*affectus*) nos remete à relação sujeito-objeto, uma vez que a afecção indica a ação do objeto sobre o sujeito enquanto o afeto, como indutor da potência de agir, nos remete à ação do sujeito sobre o objeto (GOMES, 2008, p. 74).

Do mesmo modo, Cardoso et al. (2017, p. 89) assevera que “o sentimento manifestado pelos indivíduos que compõem a sociedade acerca do ambiente em que vivem leva singularidades oriundas de sua formação e encerra circunstâncias emocionais, muitas vezes, apenas vividas ali”.

Estas reflexões nos colocam diante de uma das mais importantes dimensões da percepção patrimonial: o patrimônio afetivo. O conceito de patrimônio afetivo pode ser melhor compreendido pela definição proposta por Olender (2017). De acordo com o referido pesquisador, a sociedade residente nas cidades acaba criando vínculos com os elementos construídos resultando em laços afetivos nas esferas da memória, representação social e identidade (OLENDER, 2017).

Esses laços afetivos, por sua vez, também são responsáveis pela consolidação do sentimento de representação social que inevitavelmente marca um bem patrimonial na memória de um povo, perpassando a identi-

dade social que o mesmo carrega de uma geração para as gerações seguintes.

Nesse sentido, é importante interpelar-se: qual é o lugar do patrimônio histórico arquitetônico na construção e manutenção da memória e da identidade de um grupo social? É prudente antes do aprofundamento do debate sobre esta questão, estabelecer as diferenças básicas entre os diversos tipos patrimoniais reconhecidos na contemporaneidade.

Nessa acepção, recupera-se a contribuição de Varine-Boham *apud* Lemos (2017) que discute a existência de três tipos de patrimônio reconhecidamente culturais, sendo o primeiro referente às riquezas naturais de um determinado lugar, o segundo envolvendo o saber fazer, ou seja, técnicas desenvolvidas por um povo, portanto, um bem imaterial e o terceiro classe onde se localiza o patrimônio histórico arquitetônico, é o bem material.

É de suma importância destacar o fato de que o patrimônio histórico arquitetônico, enquanto uma construção cultural reúne os outros tipos patrimoniais, pois é a junção do conhecimento técnico aliado ao meio ambiente no qual está inserido. Conforme atesta Cardoso et al. (2017, p. 93) “(...) faz parte da paisagem enquanto alcance humano, integra o território e lhe confere identidade. Está no lugar em que se vivencia a culturalidade na sua integridade”.

Dessa forma, o patrimônio é uma criação do presente, todavia o presente tende a remeter ao passado e ao futuro, Cardoso et al. (2017). Por conseguinte, é necessário estar atento:

(...) não há nenhum sentido no ato de afirmar que o passado e o patrimônio não existiram, ou falar deles como algo que começou e se encerrou no passado. Não é interessante falarmos deles como um simples meio de representação, mas nos referirmos a eles levando em consideração os contextos do seu surgimento, como algo necessário ao cotidiano das sociedades modernas ao nosso redor. (CARDOSO et al., 2017, p. 93)

De fato, podemos dizer que o patrimônio histórico arquitetônico surge no presente, momento no qual a edificação deixa de ter apenas a função de uma edificação comum e passa a ser um bem material com valor histórico e que compõe a identidade da sociedade.

Por essa nova função adquirida, a edificação agora patrimônio histórico, carrega a identidade social de um povo, cujo contexto está no passado, para gerações futuras. Tais debates se fazem essenciais, pois ajudam a compreender a importância que o patrimônio histórico arquitetônico pode apresentar no contexto social para as sociedades modernas.

3 PROTEÇÃO E SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO

No Brasil há uma vasta e rica diversidade de construções consideradas patrimônios históricos da nossa sociedade. Cada um destes bens materiais, com sua peculiaridade e seu estilo evidenciam a época em que foram erguidos, e carregando seu peso histórico ao passar dos anos.

Nessa direção, é basilar questionar-se: o que ou quem garante a segurança e a preservação desses patrimônios em solo nacional? Cabe ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) proteger e promover os bens culturais no país assegurando sua permanência para as presentes e futuras gerações.

Destaca-se que desde o período imperial brasileiro, já se tinha um interesse na criação de leis que visavam à preservação do patrimônio histórico brasileiro. Porém o imperador Pedro II não conseguiu que o parlamento, na época, votasse nada a respeito deste assunto devido à Constituição Imperial.

Apenas no dia 30 de novembro de 1937, quando um anteprojeto de norma federal escrito por Mário de Andrade foi transformado em projeto de lei por Gustavo Capanema, o governo de Getúlio Vargas sob o regime político do Estado Novo, sanciona o decreto-lei número 25 que trata da organização e proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, transcrito a seguir:

Art. 1º Constituem o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (...)

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937).

Assim foi reconhecida a natureza jurídica da proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico em nosso país.

A responsabilidade de garantir a segurança e a preservação do patrimônio não se aplica apenas ao poder público. Tal função é compromisso de todos. Neste sentido toda a sociedade é convidada a se engajar e colaborar para que qualquer patrimônio (tombado ou não) seja preservado, pois a maior beneficiada do usufruto destes espaços é a própria comunidade.

Sabe-se que, além das leis que regem a proteção e a conservação patrimonial, a educação patrimonial é fundamental para que se alcance tal objetivo, uma vez que

esta se baseia em ações educativas, objetivando difundir o conhecimento sobre o patrimônio em conjunto com a comunidade.

Dessa maneira, é essencial pontuar que a educação patrimonial, considerada como tema transversal, assim como a educação ambiental, tem o potencial de sensibilizar e fomentar a valorização e preservação através do incentivo à apropriação e à vivência dos espaços patrimoniais das comunidades.

Frente à importância das interações entre sujeitos sociais e o patrimônio histórico, é fundamental que este conjunto de conhecimentos esteja acessível a todos. Entretanto, os centros de educação, a exemplo das escolas formais e demais instituições de ensino, constituem espaços privilegiados para fortalecer tais reflexões. Desde as mais tenras séries da educação básica é possível introduzir os menores membros da nossa sociedade no ambiente patrimonial de suas comunidades.

Ademais, acentua-se que a realização de visitas a patrimônios históricos, com aulas exclusivas para o estudo dos principais bens culturais, até o incentivo de pesquisas como esta que está sendo desenvolvida por estudantes do ensino médio, são ações basilares que fortalecem o vínculo afetivo e auxiliam desde cedo a orientar o olhar das crianças para a importância do conhecimento, da proteção e da vivência do legado patrimonial presente na paisagem do lugar onde vivem.

Neste contexto, é fundamental ressaltar que entre as consequências visíveis da ausência do sentido da afetividade, da identidade e do pertencimento é o vandalismo, ato ou efeito de produzir estrago ou destruição de monumentos ou quaisquer bens públicos ou particulares, de atacar coisas belas ou valiosas, com o propósito de arruiná-las.

Cabe destacar que ato de vandalismo é um crime previsto no Artigo 163, do Código Penal. A pena em caso de condenação por dano simples é detenção de um a seis meses, ou multa de um a seis salários-mínimos.

Assim como qualquer imóvel, um patrimônio histórico é suscetível a eventos que pode provocar danos físicos como a possibilidade de desabamento, incêndios provocados por falha em instalações elétricas ou por atos de vandalismo, danos estruturais causados por eventos geológicos ou por deterioração estrutural que ocorre com o passar dos anos e consequente falta de manutenção.

Considerando essas possibilidades, se mostra indispensável o desenvolvimento de programa de monitoramento e vigilância permanente e que seja capaz de antecipar intervenções de controle dos riscos que ameaçam a integridade física dos bens tombados, em processo de tombamento ou não. Por vezes, os danos podem ser tão

graves que acaba por inviabilizar o processo de recuperação, no entanto há casos que vale muito o esforço de recuperação.

Um exemplo desta situação é o caso do Palacete Ceará, objeto de estudo desta pesquisa. Em 1982 o Palacete foi afetado por um incêndio que comprometeu todo o interior da edificação, porém sua estrutura não foi afetada e houve poucos danos a sua fachada, assim viabilizando sua recuperação.

O processo para a recuperação de um patrimônio não é algo simples de ser feito, requer profissionais altamente qualificados, devem de preferência utilizar os mesmos métodos e materiais de construção da época em que foi erguido. Os maiores desafios da restauração são: não provocar danos irreparáveis ao patrimônio enquanto o restaura, avaliar quando o ideal é substituir e não remendar, não fazer acréscimos inadequados no prédio, atender ou superar normas modernas de construção sem arruinar o prédio e encontrar uma equipe de restauração que irá realizar o serviço de maneira adequada.

Diante das informações e argumentos apresentados, é notável que a salvaguarda de um patrimônio é algo de extrema importância, assim como é essencial apoiar sua continuidade de forma sustentável.

Nessa acepção, conforme o IPHAN, para identificar as formas ideais de salvaguarda, se faz necessários os conhecimentos de inventário e registro do patrimônio. E para que um patrimônio seja legalmente registrado, é preciso incluir recomendações em sua salvaguarda, do que é necessário para que o patrimônio seja preservado.

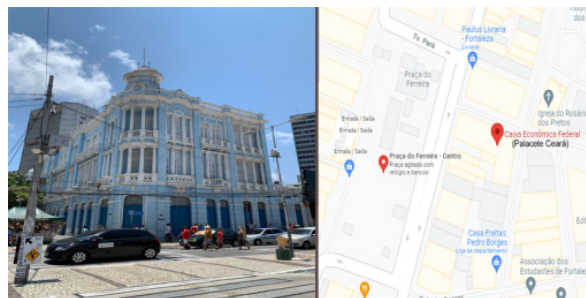
4 O PALACETE CEARÁ

O Palacete Ceará, propriedade da Caixa Econômica Federal, é uma edificação muito importante na memória e na identidade da cidade de Fortaleza e, porque não dizer, do estado do Ceará.

A imponente construção se encontra localizada na Rua Guilherme Rocha, 48, esquina com a rua Floriano Peixoto, no centro de Fortaleza. O edifício tem grande representatividade relativa às primeiras décadas do século XX, período em que ocorreu uma relevante transformação no que diz respeito ao padrão construtivo e arquitetônico da capital Alencarina. É o momento histórico, também conhecido como Belle Époque (Bela Época), do qual o Palacete Ceará é uma de suas expressões, conforme pode-se observar na Figura 1.

A Belle Époque no Ceará é um movimento marcado, não apenas pela forte influência da cultura francesa no comportamento social dos fortalezenses, mas orientou a estética da urbanização da cidade diversificando seus padrões arquitetônicos, conforme esclarece

Figura 1: Palacete Ceará.



Fonte: Elaborada pelos autores a partir de imagem de autoria própria e de imagem do Google Maps.

Araújo (2018). A admiração pelas correntes arquitetônicas europeias se materializou no cenário da cidade que se modernizava, através das edificações e dos equipamentos urbanos: praças, ruas e avenidas, por exemplo.

No que se refere à gênese do Palacete Ceará é necessário destacar a ausência de estudos mais aprofundados sobre esta construção. Tal realidade impõe um desafio ainda maior para a construção deste trabalho. Sabe-se que, originalmente, o prédio pertenceu ao empresário cearense José Gentil Alves de Carvalho, cujas atividades econômicas destacavam-se as relacionadas aos setores de financeiro e imobiliário, como explicam (NOBRE; MELO; BARAH, 2015).

A concepção do projeto arquitetônico do Palacete é do arquiteto João Sabóia Barbosa. Já a construção do edifício ficou sob a responsabilidade de Rodolfo F. da Silva e Filho e Eduardo Pastor, a este último foi dada a incumbência de conduzir a obra (CEARÁ, 2013).

Conforme evidencia a figura e, segundo Nobre, Melo e Barah (2015), os traços trazem a marca do ecletismo arquitetônico fortemente caracterizado pelo estilo neobarroco. Tais características posicionam o Palacete entre as obras mais expressivas do início do século XX, em nossa cidade.

Enquanto a arquitetura mostrava um perfil eclético fortemente marcada por traços neobarrocos, com base no que foi dito anteriormente, a estrutura interna original do Palacete, segundo os registros históricos, consistia, no andar térreo, na presença de amplos espaços comumente denominados salões. Estes ambientes encontravam-se dispostos de maneira integrada entre si e a uma escada de acesso ao andar superior (CEARÁ, 2013).

Ainda de acordo com CEARÁ (2013), no pavimento térreo funcionou por vasto período de tempo, um restaurante: Rotisserie Sportman. Pela localização ge-

ográfica, no coração da cidade, o espaço passou a ser o ponto de encontro da elite fortalezense e, porque não dizer, cearense, uma vez que era, naquele momento histórico, um equipamento importante de entretenimento e cultural da capital. Ao mesmo tempo, o andar superior abrigava as instalações do então Clube Iracema, outro espaço de lazer de acesso restrito à classe social mais privilegiada da capital.

É compreensível esse caráter seletivo de acesso aos ambientes do Palacete Ceará, uma vez que a desigualdade social sempre foi uma marca da nossa sociedade reforçada, também neste período, pela desigualdade de acesso aos lugares e equipamentos públicos ou privados.

Como qualquer outra edificação que resiste ao tempo e permanece na paisagem, consequentemente, na dinâmica socioeconômica e cultural dos lugares onde se localizam, as funções ou usos destinados a estas edificações são alterados. Tais mudanças demandam adaptações necessárias para atender às características das novas atividades. Assim aconteceu com o Palacete Ceará, seus usos foram sendo modificados com o passar dos anos e a estrutura interna do prédio foi sendo transformada.

A partir de 1945, a estrutura do prédio foi adaptada para receber uma agência bancária da Caixa Econômica Federal e uma década depois a posse da propriedade é definitivamente repassada a esta instituição financeira (CEARÁ, 2013; NOBRE; MELO; BARAH, 2015).

Um dos acontecimentos mais dramáticos na história do Palacete foi o grave incêndio que em 1982, destruiu completamente toda a estrutura interior. Entretanto, as fachadas do prédio resistiram aos efeitos nocivos do calor e os danos gerados a tais estruturas não as comprometeram significativamente, sendo possível a restauração da parte externa.

Com o prédio praticamente em ruínas, a instituição proprietária apresentou um plano para edificar no lugar da construção histórica um moderno edifício, projeto este que não se concretizou. Isso porque a sociedade civil fortalezense se organizou em um movimento contrário à demolição do Palacete, uma vez que os laudos técnicos asseguravam a possibilidade de recuperação das suas belíssimas fachadas.

O exemplo da organização da sociedade em prol da proteção deste importante monumento histórico-cultural revela muito sobre a afetividade e o pertencimento defendidos por Olender (2017) nas relações entre habitantes e patrimônio e sobre a capacidade de ação que emana destas relações afetuosas como defende Espinosa (1980).

As relações de afetividade que a sociedade local de-

monstrou ter em relação ao Palacete foi o que, sem sombra de dúvidas, possibilitou a proteção e a preservação desse lindo patrimônio. Como resultado o Palacete, atualmente, é protegido “pelo Tombo Estadual segundo a lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968, através do decreto nº 16.237 de 30 de novembro de 1983” (CEARÁ, 2013).

Por essa razão, é fundamental refletir sobre o papel da população quanto à preservação do patrimônio. Fazendo parte do cotidiano dos habitantes, por vezes os patrimônios históricos arquitetônicos passam despercebidos. Como consequência tem-se o desconhecimento da história, do contexto social e de construção em que foram construídos e, como resultado muito negativo, perde-se a oportunidade de compreensão da importância que aquele bem material possui na história do lugar vivido.

Refletir acerca dessa realidade é uma importante atitude e constitui uma estratégia com forte potencial educativo para auxiliar na promoção do conhecimento acerca da nossa cultura, da nossa história, além de ajudar a garantir a preservação dos patrimônios que existem e aqueles que virão a existir.

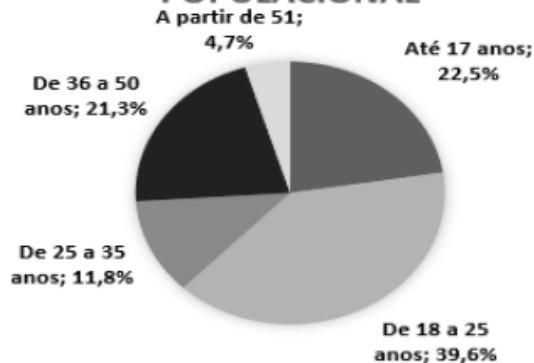
Com essa motivação pretende-se entender qual é a visão social da população fortalezense quanto aos patrimônios arquitetônicos; sua importância; o interesse social de conhecê-los com maior profundidade e quanto ao que pensa em relação à irrelevância de sua preservação. Estes temas estão discutidos a seguir.

5 SOCIEDADE E A PERCEPÇÃO PATRIMONIAL

Depois de compreender o significado do patrimônio histórico arquitetônico, discutir as relações de afeto, pertencimento e identidade que a sociedade estabelece com estes bens materiais e reconhecer a importância histórico-geográfica do patrimônio enquanto memória, uma reflexão se apresenta: como fortalezenses entendem o patrimônio histórico arquitetônico?

É indispensável salientar que em razão do momento pandêmico vivenciado na atualidade, a pesquisa foi organizada por meio da disponibilização de um conjunto de perguntas sobre o tema através da ferramenta google formulário. Os sujeitos sociais da pesquisa são moradores da cidade. Através dessa escolha metodológica foram obtidas uma amostra de 169 respondentes.

A primeira questão trata da idade dos entrevistados. Essa informação é relevante porque pode fornecer informações sobre a representação social do patrimônio nas diversas faixas etárias. Os dados relativos à idade dos sujeitos da pesquisa estão dispostos no gráfico da Figura 2.

Figura 2: Idade da Amostra.**GRÁFICO 1 - IDADE DA AMOSTRA POPULACIONAL**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos na pesquisa.

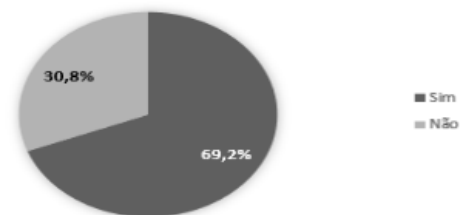
A observação dos indicadores demonstrados no gráfico 1 infere-se que a pesquisa alcançou os jovens em maior proporção. Uma hipótese que pode ser levantada para tentar explicar esta variável é o fato de que os mais jovens tenham mais facilidade no acesso ao formulário, fazendo com que a representatividade de algumas faixas etárias não seja tão elevada assim.

Frete ao exposto, apresenta-se para o desenvolvimento da análise, os dados relativos às perguntas e respostas chaves que permitem entender a opinião da amostra populacional, quanto ao patrimônio histórico arquitetônico, sua importância e a necessidade de preservação.

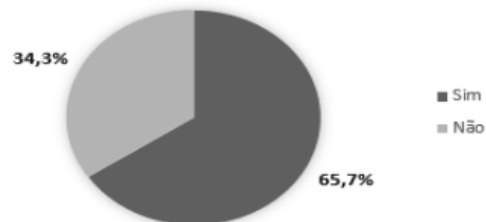
Referente às perguntas elaboradas, destaca-se que foi perguntado a respeito do conhecimento que cada respondente tem sobre o significado de patrimônio histórico arquitetônico. O resultado evidenciado no gráfico da Figura 3 mostra uma elevada representatividade da resposta positiva.

Apesar de animador, os dados reforçam a necessidade do tema ser debatido e divulgado com aprimoramento, cuidado entre a população. Neste sentido, a escola é um espaço privilegiado para estimular a promoção deste debate, uma vez que o estudo do patrimônio guarda em si uma inestimável potencialidade pedagógica e educativa.

Nessa direção, é importante mencionar que se a maior parte da amostra da pesquisa demonstra saber o que significa patrimônio histórico arquitetônico, é pertinente investigar se os números se alteram quando a pergunta versa sobre o reconhecimento da importância dos bens patrimoniais para a sociedade. O gráfico da Figura 4 elucida os resultados obtidos.

Figura 3: Questionário acerca do conceito de patrimônio histórico arquitetônico.**GRÁFICO 2 - "TEM CONHECIMENTO SOBRE O QUE É PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO?"**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Figura 4: Questionário acerca da importância do patrimônio histórico arquitetônico para a sociedade.**GRÁFICO 3 - "TEM CONHECIMENTO SOBRE IMPORTANCIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO ARQUITETÔNICO PARA UMA SOCIEDADE?"**

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos na pesquisa.

A observação dos resultados dispostos no gráfico da Figura 4 revela que 3,5% da amostra populacional respondente, que afirma saber o que é patrimônio histórico arquitetônico, reconhece não saber sua importância no contexto social.

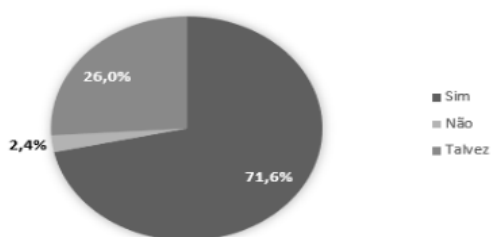
Há ainda uma informação que cabe ser destacada: as pessoas que votaram “sim” na pergunta do gráfico da Figura 4, justificaram a importância por meio de uma resposta aberta. A maioria delas relaciona o patrimônio com a questão da identidade histórica que ele carrega consigo.

A quarta pergunta sugerida refere-se ao interesse que cada participante da pesquisa tem em conhecer melhor a história dos bens patrimoniais históricos e arquitetônicos do seu estado. Nesta pergunta, a opção “talvez” foi inserida para se pudesse distinguir as pessoas

que têm grande interesse e as que têm pequeno interesse. O resultado pode ser visualizado no gráfico da Figura 5.

Figura 5: O interesse em conhecer a história dos patrimônios históricos arquitetônicos do Estado do Ceará.

GRÁFICO 4 - "TEM INTERESSE EM CONHECER MAIS SOBRE A HISTÓRIA DOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS ARQUITETÔNICOS DO ESTADO DO CEARÁ?"



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Quanto ao interesse da sociedade em conhecer os patrimônios do Ceará, é interessante notar que 71,6%, uma parcela considerável da amostra, têm um interesse relativamente alto para entender a história que o patrimônio carrega.

Ainda nesse contexto, 26% dos entrevistados indicaram a opção “talvez”. Depreende-se que, mesmo demonstrando um menor interesse em comparação com a maior parcela, este percentual da amostra está aberto ao conhecimento sobre o assunto.

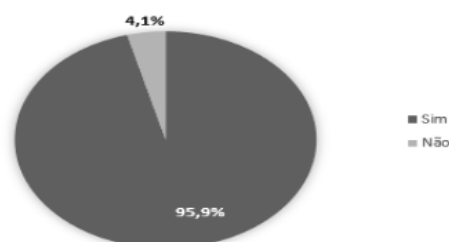
O restante dos entrevistados, cerca de 2,6%, não têm interesse algum em relação à temática já mencionada. Esses resultados nos mostram que a sociedade fortalezense, na sua maioria, tem interesse em conhecer a identidade e a história que os patrimônios históricos arquitetônicos apresentam.

Destarte, frente aos dados coletados, é relevante reforçar a importância das instituições educacionais formais tanto as que atuam na educação básica, quanto às de ensino superior. Assim como os espaços informais, onde o processo educativo pode acontecer. A quinta questão tratou da percepção dos inquiridos sobre a importância da preservação do patrimônio. Para entender o posicionamento dos respondentes faz-se necessário analisar o gráfico da Figura 6.

É importante observar o contraste apresentado entre os resultados do gráfico 6 com os resultados do gráfico 3 e 4. Mesmo que uma quantidade considerável da amostra populacional desconheça o que é o patrimônio histórico arquitetônico e sua importância na sociedade, a grande maioria é a favor da preservação dos patrimônios.

Figura 6: Questionário a respeito da importância da preservação dos patrimônios históricos arquitetônicos.

GRÁFICO 5 - "VOCÊ JULGA IMPORTANTE A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICOS ARQUITETÔNICOS?"



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos na pesquisa.

É interessante nos perguntarmos o que justifica esse fato. Este pode ser um excelente objeto de pesquisa a ser explorado posteriormente.

Quanto ao Palacete Ceará, considerou-se importante saber se o mesmo é facilmente reconhecido entre a população entrevistada e que memória elas relacionam ao identificá-lo. Para isso, uma imagem do prédio foi inserida no formulário, sendo acompanhada pelo questionamento referente à identificação ou não da edificação. Obteve-se os resultados organizados no gráfico da Figura 7.

Figura 7: Questionário acerca do reconhecimento do Palacete Ceará.

GRÁFICO 6 - "RECONHECE ESSE PRÉDIO (PALACETE CEARÁ) NA PAISAGEM FORTALEZENSE?"



Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados obtidos na pesquisa.

Conforme esclarecido anteriormente, junto a essa pergunta, colocou-se uma caixa para cada pessoa que indicasse “Sim”, ou seja, aqueles que reconhecem o Palacete pudessem indicar alguma informação que tenha relação com a edificação revelando a ideia mais impor-

tante de sua representação social.

Ainda que esse monumento esteja localizado no centro da cidade, bem em frente à Praça do Ferreira, passagem quase obrigatória para quem se dirige ao centro de Fortaleza, pouco mais da metade amostral reconhece o Palacete.

Outro aspecto que chama a atenção é: quase todos que reconhecem o patrimônio, o associam à Caixa Econômica Federal, o identificando como uma das agências bancárias desta instituição financeira.

Pode-se inferir que o fato do Palacete Ceará permanecer ativo e funcionar como uma agência da Caixa Econômica é fundamental para a manutenção do seu reconhecimento e sua visibilidade no contexto social atual.

Isso demonstra que os patrimônios precisam estar inseridos na dinâmica da sociedade, precisam ter vida no sentido de atrair a visitação, sejam como espaços culturais, por exemplo. Além dos pontos supracitados, é imprescindível que o poder público e toda a sociedade os reconheçam como seu patrimônio.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um desafio proposto em sala de aula: escolher entre tantos temas possíveis aquele que pudesse ser trabalhado de maneira interdisciplinar, nos colocou diante de uma rica experiência pedagógica.

Concluída esta parte inicial do caminho, certamente pode-se afirmar que os patrimônios históricos arquitetônicos têm importância inestimável para a sociedade. Entre habitantes e bens culturais materiais, para fazer referência ao objeto de estudo aqui investigado, se estabelecem fortes laços de afetividade e pertencimento, elementos que fortalecem a identidade com o lugar habitado.

Quanto ao Palacete Ceará, é indiscutível a riqueza de sua história. Esta história reforça como a sociedade tem o poder de agir positivamente no desafio de proteger os bens patrimoniais. A presença desta monumental construção na paisagem de Fortaleza só foi possível graças a uma conjugação de esforços que encontrou esteio no sentimento de afeto.

Em relação à percepção e o interesse que a sociedade fortalezense tem em relação à temática patrimonial, fica demonstrado que, de maneira geral, há motivação e disposição para aprender mais da sua história.

É nessa perspectiva que pontuamos a grande importância de eventos como a Mostra Ceará, que visam difundir um rico conhecimento sobre o Ceará e levantar discussões a respeito das características socioespaciais do estado. É por meio deles que a sociedade pode ter contato com a sua história e a sua identidade.

Por consequência, no campo acadêmico faz-se necessário o desenvolvimento de estudos mais aprofundados sobre essa visão social e sobre outros patrimônios que o Ceará possui. É por meio desses estudos que podemos entender as demandas sociais que surgem a respeito do conhecimento de sua história e a história que cada edificação carrega consigo. Espera-se que este trabalho possa despertar o interesse de outros estudantes do ensino médio em se aventurar no universo da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, N. L. **Belle Époque e suas influências: o reflexo da cultura francesa na indumentária de Fortaleza durante os anos de 1920**. Dissertação (Bacharelado em Design-Moda) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.
- AZZI, C. F. O patrimônio histórico e a cultura material no renascimento. *Letras*, v. 21, n. 43, p. 353–371, 2011.
- BRASIL. **Decreto Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937**. 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal**. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 29 jun. 2021.
- CARDOSO, D.; CURA, S.; VIANA, W.; QUEIROZ, L.; COSTA, M. Espacialidades e ressonâncias do patrimônio cultural: reflexões sobre identidade e pertencimento. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT)*, v. 1, n. 11, p. 83–98, 2017.
- CEARÁ. **Bens tombados - Fortaleza: palacete Ceará**. 1. ed. Fortaleza: Secretaria da Cultura - SECULT, 2013. Disponível em: <<https://www.secult.ce.gov.br/2013/01/04/palacete-ceara>>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- ESPINOSA, B. **Ética III: Da origem e da natureza das afecções**. 1. ed. Madrid: Ed. Nacional, 1980.
- FREITAS, C. G. **Desenvolvimento local e sentimento de pertença na comunidade Cruzeiro do Sul - Acre**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) — Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, 2008.
- GOMES, C. A. V. **O afetivo para a psicologia Histórico-Cultural: considerações sobre o papel da**

educação escolar. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) — Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

GOMES, C. A. V.; MELLO, S. A. Educação escolar e constituição do afetivo: algumas considerações a partir da psicologia histórico-cultural. **Perspectiva**, v. 1, n. 1, p. 677–694, 2011.

LEMONS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico?** 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

NOBRE, L.; MELO, I.; BARAH, M. **Edifícios que contam histórias: Palacete Ceará.** 2015. Disponível em: <<https://www.somosvos.com.br/edificios-que-contam-historia-o-centenario-palacete-ceara/>>. Acesso em: 25 mai 2021.

OLENDER, M. O afetivo efetivo. sobre afetos, movimentos sociais e preservação do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 35, n. 1, p. 321–341, 2017.